



RELIGIÃO

BOMBEIROS CUMPREM TRADIÇÃO DO 01 DE MAIO

Dia 01 de maio o Presidente da Câmara Municipal de Ourém dirigiu uma mensagem de apreço aos bombeiros de uma forma geral, homens e mulheres que dedicam grande parte das suas vidas ao serviço dos outros, frequentemente sem quaisquer contrapartidas, ou reconhecimento. **PÁG. 03**

ENTREVISTA

ENTREVISTA À VEREADORA LUCÍLIA VIEIRA

É referenciada como uma executiva com visão estratégica, decisão ágil e larga experiência em funções públicas. Diz ter acedido candidatar-se às eleições autárquicas por imperativos de consciência, mas acredita que o Município de Ourém tem futuro e recomenda-se. **PÁG. 04**

FREGUESIAS

ENCONTROS COM A POPULAÇÃO

Decorreu no passado dia 15 de abril o 1º Encontro com a População, desta feita nas instalações da Junta de Freguesia de Seiça, oportunidade para, com casa cheia, o Presidente Paulo Fonseca poder ouvir na primeira pessoa as opiniões, reclamações, sugestões e dúvidas colocadas pelos presentes. O próximo encontro tem data marcada para 20 de maio, às 19h30, em Caxarias. **PÁG. 09**

AGENDA

VAMOS ÀS FAVAS A OURÉM

Fazendo jus ao ditado popular "Favas: maio as deu, maio as levou", o Município de Ourém, a OurémViva, a Escola de Hotelaria de Fátima e a ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima, levam a cabo, durante o mês de maio, o Festival Gastronómico "Vamos às Favas a Ourém". De 07 a 29 de maio, esta apreciada iguaria da família das leguminosas será o ingrediente principal servido em dez restaurantes que decidiram aderir a esta iniciativa inédita no nosso concelho. **PÁG. 11**





Cumprimento todos os Ourenses neste mês de Maio.

Acabámos de aprovar as contas do Município do ano de 2015 e manifesto o meu grande orgulho por termos conseguido atingir este patamar de equilíbrio financeiro. Hoje o Município tem, de facto, contas equilibradas, não tem dívidas em

atraso, paga aos seus fornecedores a menos de 30 dias, tem liquidez para poder apresentar candidaturas a fundos comunitários e é reconhecido como um exemplo de gestão pública.

Isto foi possível com o esforço de todos e com a definição de uma estratégia forte para ultrapassar as dificuldades. Fomos dos concelhos de Portugal que mais baixou a dívida, segundo os dados oficiais e, por isso, quero manifestar a minha gratidão a todos.

Entretanto, o ritmo de actividades no concelho de Ourém tem sido muito intenso. Cenourém, Feira do Livro, Feira dos Produtos da Terra, apoio às associações, internacionalização, etc, têm sido uma constante.

O ritmo da internacionalização tem dado frutos e continua sem baixar os braços. Basta olharmos para os números oficiais e verificar que, por exemplo, em 2008 tivemos 4,2 milhões de visitantes e em 2015 tivemos 6,7 milhões de visitantes em Fátima. Esta diferença brutal deve-se, sem dúvida, ao esforço de promoção que temos feito pelo mundo. A Câmara Municipal de Ourém e a ACISO a quem agradeço a compreensão de que este é o caminho certo.

Alguns, motivados por razões incompreensíveis, acharão que o aumento do número de turistas se deve aos conflitos no norte de África mas eu pergunto se, com boa fé, poderemos imaginar que alguém terá deixado de ir de férias à praia na Tunísia para vir em peregrinação a Fátima? Claro que não. Claro que se tratam de novos mercados que estamos a conquistar para ajudar as empresas de turismo e, bem assim, as empresas de toda a região com o que daí decorre.

Permitam-me um pequeno exercício de aritmética.

Imaginemos que, cada um dos visitantes gasta no concelho, 50 euros, em média. Se tivemos 4,2 milhões em 2008 e tivemos 6,7 em 2015, tal significa que tivemos mais 2,5 milhões de turistas. Ora, 2,5 milhões X 50 € = 125 milhões de euros que ficaram na economia da região...

Bem me lembro, por exemplo, do sorriso sarcástico de alguns quando, por exemplo, me deslocuei à Colômbia... Agora gostaria de perguntar-lhes se mantém esse sorriso...? Infelizmente parece que sim, atendendo ao que dizem e escrevem...

Neste momento escrevo-lhes da Turquia onde vim assinar a geminação de Ourém com Selçuk - Izmir. Trata-se da cidade em morreu a mãe de Jesus e, também, S.João. Local de peregrinação que agora fica associado à nossa terra como cidade irmã, com grande honra nossa. Esta rede de parceiros, agora alargada ao Éfeso, coloca-nos nas rotas internacionais, faz ganhar o prestígio ao concelho e trás mais valias à economia local do concelho de Ourém e da região. É para isso que trabalhamos com empenho, embora lamentando o empenho negativo de alguns, poucos felizmente.

Daqui a dois dias estarei em Ourém de novo. O trabalho pela nossa terra continua sempre.

Conte comigo.

Um abraço do Paulo Fonseca

ASSEMBLEIA MUNICIPAL APROVOU RELATÓRIO DE GESTÃO

A Assembleia Municipal de Ourém, reunida em sessão pública ordinária do dia 29 de abril de 2016, aprovou, por maioria, o Relatório e Contas relativo ao ano de 2015.

Segundo o documento, o Município de Ourém obteve um grau de execução do orçamento da receita, na ótica das cobranças líquidas, de 93,4%, valor histórico face ao período comparável 2002/2015, significando que o orçamento de 2015 foi o mais realista desde o início da implementação do POCAL. Este é um dado a reter face a período de particular incerteza no contexto político-legal.

Do ponto de vista dos resultados orçamentais, o Município apresentou um resultado orçamental positivo em 10 milhões de euros e uma poupança corrente próxima de 9,9 milhões de euros, montante que permite alavancar as despesas de investimento.

O Município apresenta um fundo de maneo (margem de segurança da entidade para satisfazer o exigível a curto prazo) de 7,1 milhões de euros, o que representa uma melhoria em 12 milhões de euros, face ao volume negativo que vigorou até 2012 (ano que assinalava um montante de -4,9 milhões de euros).

Quanto à dívida total a terceiros, excluindo o impacto de-

corrente da participação no Fundo de Apoio Municipal (FAM), situou-se, no término do exercício, num montante na ordem dos 14,5 milhões, ou seja, evidenciando uma quebra em 23 milhões de euros desde a implementação do Plano de Ajustamento Financeiro, em 2012, o que representa uma quebra em 61%, se efetuada comparação com a dívida total então apurada.

Segundo a DGAL (Direção Geral da Administração Local), o Município de Ourém apresentou um prazo médio de pagamentos de 15 dias (43 dias em 2014).

No âmbito do Plano de Ajustamento Financeiro, o Município superou as metas previstas para o ano de 2015, no que concerne ao impacto das medidas adoptadas na receita e na despesa, em 766,8 mil euros e no que diz respeito à dívida a terceiros, depois de considerada a influência potencial das disponibilidades existentes, a superação foi próxima dos 3,21 milhões de euros.

Quanto ao resultado líquido do exercício obtido, este foi negativo, num valor próximo dos dois milhões de euros. Porém esta

circunstância resulta do elevado volume de amortizações (sensivelmente mais do dobro do valor registado noutros municípios da região, tais como Santarém, Torres Novas, Tomar, Abrantes, etc...), face ao exaustivo cadastro e inventário existente, particularmente dos bens do domínio público (rede viária, praças, jardins, etc.) que, em virtude da excessiva dispersão dos aglomerados populacionais na área do concelho, traduzem um elevado ativo municipal nestes domínios.

Face a estes dados, Paulo Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Ourém, afirmou à margem da ocasião que "há coisas que não podem ser esquecidas: o Município de Ourém foi reconhecido como o nono do país que mais baixou a dívida; paga hoje aos seus fornecedores num prazo curtíssimo, não tem dívidas em atraso e pode aceder aos fundos comunitários sem qualquer restrição, já que tem uma folga de muitos milhões na sua capacidade de endividamento."

OURÉM ENTRE OS MELHORES MUNICÍPIOS PORTUGUESES PARA VIVER

Com base num estudo publicado recentemente pelo jornal eletrónico "Económico" a 3ª edição do *Bloom Consulting Portugal City Brand Ranking* que avalia a performance e atratividade da marca dos 308 municípios portugueses em três categorias: Turismo (Visitar), Negócios (Investir) e Talento (Viver), o Município de Ourém surge numa honrosa 55.ª posição, sendo o 2.º do Distrito de Santarém no *ranking*, apenas superado pela capital do Distrito.

OS 100 PRIMEIROS CLASSIFICADOS

- 1º – Lisboa
- 2º – Porto
- 3º – Braga
- 12º – Leiria
- 44º – Santarém
- 55º – Ourém**
- 73º – Tomar
- 84º – Abrantes
- 100º – Ílhavo

AOS BOMBEIROS DE OURÉM, AOS BOMBEIROS DE PORTUGAL, AOS BOMBEIROS DE TODO O MUNDO

Dia 01 de maio o Presidente da Câmara Municipal de Ourém dirigiu uma mensagem de apreço aos bombeiros de uma forma geral, homens e mulheres que dedicam grande parte das suas vidas ao serviço dos outros, na maioria das circunstâncias sem quaisquer contrapartidas, ou reconhecimento.



Por ocasião da evocação dos bombeiros falecidos e da realização da cerimónia de promoção dos elementos mais jovens do corpo ativo dos Bombeiros de Ourém, o Presidente Paulo Fonseca estendeu a sua saudação a todos os que fazem do lema "vida por vida" o seu ideal, ocasião que contou com a presença de representantes das três corporações de bombeiros do Município de Ourém (Caxarias, Fátima e Ourém), entidades oficiais

e familiares dos também denominados "soldados da paz".

O 1.º de maio constitui, habitualmente, a oportunidade para os bombeiros homenagearem os que já partiram, estando incluída nesse momento romagens aos cemitérios, o que mais uma vez aconteceu nas cidades de Ourém e Fátima, tendo o Município sido representado nesta última pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, Nazareno do Carmo.



FÁTIMA COM MAIO MAIS SEGURO

Com a peregrinação aniversária de 13 de maio ao Santuário de Fátima à porta, o Município de Ourém levou a cabo no final do mês de abril uma reunião preparatória que contou com a presença de representantes de várias entidades ligadas à sua estrutura organizativa e de segurança, nomeadamente da Presidência da Câmara Municipal de Ourém, Santuário de Fátima, Guarda Nacional Republicana e Proteção Civil, entre outra entidades.



Se para a GNR, representada pelo Capitão Carlos Canatário a segurança dos peregrinos é uma preocupação que se estende a todo o país, de onde partem inúmeros peregrinos a pé e ao espaço físico da cidade de Fátima, para o comandante Joaquim Chambel, da Proteção Civil, estão asseguradas as condições logísticas para responder a situações de emer-

gência, nomeadamente com a instalação de um hospital de campanha, que providenciará a receção às pessoas carenciadas de apoio médico, que poderão vir a ser reencaminhados para os hospitais da região, em função da triagem feita localmente. Desta reunião decorreu ainda a ideia de que todos os serviços intervenientes estarão a postos para responder com pronti-

dão e eficácia se solicitados, assim como o conjunto de grandes peregrinações agendadas para este ano de 2016 servirá de teste à capacidade de resposta em 2017, ano do centenário das aparições e da presença de Sua Santidade o Papa Francisco no Santuário da Cova da Iria, o que decerto implicará a presença de muitos milhares de pessoas naquele local de culto mariano.

NUNCA SENTI MEDO DE FALHAR PELO FACTO DE SER MULHER

É referenciada como uma executiva com visão estratégica, decisão ágil e larga experiência em funções públicas. Diz ter acedido candidatar-se às eleições autárquicas por imperativos de consciência, mas acredita que o Município de Ourém tem futuro e recomenda-se. A Vereadora Lucília Vieira, na primeira pessoa.

Uma questão que mereceu uma atenção especial por parte dos responsáveis do Município, com quem falámos anteriormente, relacionava-se objetivamente com o Plano Diretor Municipal e com os entraves ao desenvolvimento que possa estar a provocar. Concorda que este assunto tem sido o calcanhar de Aquiles da administração municipal e se sim, até que ponto tem condicionado a sua estratégia?

O PDM de Ourém, efetivamente, é e tem sido ao longo destes quase 7 anos de mandato, um grande constrangimento e eu falo nas minhas áreas e concretamente no urbanismo, porque é um documento que foi, a meu ver, mal concebido. Foi um documento falso, à data em que foi feito. Obviamente que isso é um grande constrangimento, porque o comum dos mortais não percebe, como eu também não percebo, que as dificuldades se verifiquem em zonas perfeitamente infraestruturadas, que têm água canalizada, que têm luz elétrica, que têm estrada asfaltada e que têm telefone, etc., já não digo saneamento, porque isso é um problema grave do nosso concelho. Como é que nestes sítios, e havendo muitas vezes construção até de um lado e do outro, ou do outro lado da rua, a pessoa da frente não possa construir, não havendo outras limitações, nomeadamente ao nível de REN e RAN, ou leito de cheia? Eu também percebo que haja alguma restrição nessa matéria, mas em muitos sítios isso não acontece e as pessoas não conseguem construir.

Outras situações há, onde as pessoas fizeram uma moradia, há índices de construção que foram esgotados pela moradia e depois só podiam ir até mais 10% para fazer aumentos, para fazer edificações e nós sabemos, que quem mora no campo, precisa sempre de uma arrecadação para a lenha, outra para secar a roupa e depois ainda há os animais, que também convém lá colocar. E não é por haver mais 10%, mais 20, ou mais 30, que vai vir o mal ao mundo, com certeza. Nós temos é que garantir melhor qualidade de vida às pessoas e que elas se sintam felizes no meio onde estão. Felizmente, que entretanto já conseguimos fazer dez alterações ao PDM. Já foram publicadas e estão em vigor. Podia haver um acréscimo de 10%, neste momento já há de 30%, que é um acréscimo muito significativo em termos de construção, de potencialidades de construção e eu estou consciente que se podia ter feito muito melhor.

Nós temos um processo de revisão em curso, tenho dado os meus contributos para essa revisão, mas existem situações que eu acho que têm de ser contempladas. Concretamente, foi publicado o decreto-lei n.º 165, no final de 2014, para entrar em vigor em 2015, para que as empresas que não se podiam licenciar por constrangimentos do PDM, pudessem vir a ser licenciadas. Já percebi pelas conversas nas entrelinhas, que a CCDDR não está muito para aí virada, porque acha que isso foi um folclore político, entre aspas. Nós, em Ourém, te-

mos hipótese de, com a revisão do PDM que está em curso, contemplar todas as situações que existem ao nível das empresas para poderem conseguir os seus licenciamentos.

Portanto, temos que criar condições para que as coisas aconteçam. E eu estou certa que essa situação pode vir a retardar um pouco a publicação da revisão do PDM, mas seremos pouco inteligentes se não o fizermos. Internamente, em conjunto com os colegas do executivo, temos tentado vir a contemplar todos esses casos, na revisão, para que toda a gente fique com os problemas resolvidos, essencialmente as empresas, porque sabemos que a não ser assim, não há emprego e não há criação de riqueza. E nós, de facto, queremos um concelho cada dia mais desenvolvido e melhor.

A reorganização dos serviços tem sido uma preocupação da administração municipal. A que nível é que esta reestruturação tem acontecido, com que recursos e qual o horizonte expetável para ser concretizado?

Neste trabalho de organizar a administração e eu estou à vontade porque esta casa já é a quinta onde desempenho funções, nós só podemos prestar um bom serviço, ou melhor, uma organização só pode prestar um bom serviço, se estiver organizada internamente, se cada um souber qual é a sua responsabilidade, souber o circuito da documentação, dos pedidos que entram, e, depois, obviamente, se tudo isso estiver bem defini-



do, produziremos mais e melhor, em menos tempo.

Quando cheguei colocou-se a dúvida se era um sonho ou um pesadelo. Efetivamente, entrava um requerimento nos Serviços e onde houvesse um espaço livre no documento, cada um ia escrevendo o que entendia registar sobre a matéria, chegando a despacho, onde tínhamos de andar a ver as datas e a tentar ler as letras, para saber o que é que cada um achava sobre a matéria, para poder tomar decisões de alguma forma condizentes, numa sequência adequada. Obviamente, logo na primeira semana saiu um modelo de informação que toda a gente tinha que utilizar. Quando é feito um pedido, ele tem de ser analisado e tem de haver uma informação com princípio, meio e fim, com uma apreciação do problema, com o desenvolvimento do mesmo e com a proposta de decisão. Isso foi logo numa primeira fase na qual nós tínhamos 70 e tal secções e quase cada secção tinha a sua secção de expediente. Cheguei a encontrar 5 processos, resultantes de um

pedido único entrado na Câmara, pois tiravam-se fotocópias, que depois seguiam, o seu rumo, chegando até às vezes a ter decisões diferentes, porque uma ia para um vereador e outra ia para outro. Vejamos o que isto significa em termos de tempo desperdiçado, em termos de papel, em termos de espaço de arquivo, em termos de pastas, de tudo. Obviamente que tem que haver organização. Esse foi um problema que eu tive desde o princípio, mas foi muito difícil de resolver dadas as “capelas” instaladas. Gradualmente, fomos avançando, pois até da parte do executivo havia algumas pessoas com alguma renitência nessa matéria e eu como não sou funcionária pública, tenho algumas dificuldades, às vezes, em gerir isso, mas pronto lá fui gerindo.

A primeira etapa foi centralizar tudo o que era “entradas”. Para cada papel que entra, só há um sítio onde se dão entradas, que é a secção de expediente. Isso é logo motivo para que para cada entrada, só haja um processo. E é o que tem que haver. Foi difícil. Nas minhas divisões e

nas minhas áreas, rapidamente isso foi implementado. Nas outras áreas, foi-o com maior dificuldade. E depois havia pessoas que diziam que tinham assuntos muito confidenciais. Aí eu disse que também venho de casas onde havia assuntos confidenciais e o que é confidencial mete-se num envelope fechado e circula; anexa-se o ofício ou alguma informação, ou o que quer que seja e tudo há-de seguir no circuito normal do documento. Isso demorou algum tempo, confesso que isso demorou tempo demais para a minha forma de estar, mas percebi que não conseguia imprimir outro ritmo nessa matéria.

Os munícipes têm hoje boas razões para acreditar que os seus processos entrados na Câmara, nomeadamente ao nível dos pedidos de licenciamento, poderão ser despachados em tempo útil?

As "entradas" estão concluídas, há muito tempo. A outra etapa foi centralizar as saídas.

Tudo o que sai desta casa tem uma saída e sai pelo expediente, que também está praticamente fechado. Agora a nossa próxima etapa assenta no que nós referimos como um Município digital. E eu só dou esta tarefa por concluída quando nós formos um Município digital. O utente ou qualquer pessoa deverá poder relacionar-se conosco *online* e nós com ele. Eu tenho um processo de obras que entra em suporte digital. Ele é analisado em suporte digital, vem a despacho dessa mesma maneira, vai a reunião de Câmara se tiver de ir, sempre em suporte digital, volta e é, ou não, deferido. A pessoa pede licença *online*, paga o que tem a pagar *online* e inclusivamente o próprio sistema informará logo o montante que tem a pagar. Eu só me vou dar por satisfeita quando estivermos nessa fase. Neste momento, temos já a área de recursos humanos sem papel a circular e porquê? Porque é uma área de competência delegada minha. É uma área interna de organização e era a mais fácil para implementar o suporte digital. Temos preparadas outras áreas, nomeadamente a Proteção Civil e a Divisão de Ambiente também. Só que depois, não é só criar recursos em suporte digital, porque se eu lhe disser que para cada situação era um

requerimento... Estamos a ver o que seria de um munícipe, lá em casa, querendo fazer um pedido à Câmara e percorrer 70 ou 100 requerimentos para ver qual é que lhe interessa, qual é que precisa. Não pode. Houve um trabalho muito sério de análise de todos estes requerimentos e onde havia 90, hoje há 5 ou 6. Obviamente que o munícipe, lá em casa, uma coisa é ver 5 ou 6 e põe a cruzinha na parte que lhe interessa, outra coisa é correr 90 na plataforma para encontrar aquilo que precisa. Isto não é só abrir *online* e estamos aqui; implica fazer um estudo aprofundado das matérias, definir um formulário ou candidatura própria e simplificar o mais possível para que a pessoa, lá em casa, não perca muito tempo para fazer esse pedido que precisa.

Houve também um entrave, porque nós não tínhamos fibra ótica aqui em Ourém. Foi complicado. Ainda chegámos a pensar ser a Câmara o motor dessa dinamização e quando fizemos a estrada de Seiça, ligámos à REFER para fazer chegar a fibra ótica ao Município. Entretanto, reunimos rapidamente com alguns operadores, nomeadamente com a Vodafone e com a MEO e neste momento, já temos fibra ótica, já temos muito mais capacidade de entrada e saída de informação e estamos a ficar preparados para dar um outro arranque nessa matéria. Eu gostava muito de, até ao final deste mandato, podermos dizer abertamente e com convicção que o processo foi concluído e que funciona, porque é comum nalgumas reuniões com outros municípios dizerem "ah nós, na secção de obras, já informamos os requerentes por SMS, que o processo foi deferido" e eu "ah já?" mas depois penso assim, bem isto são municípios que eu conheço com 5 mil habitantes, nós temos quase 50 mil, a dimensão é outra.

Eu quando cheguei à Câmara tinha uns largos milhares de processos nos meus pelouros. Fiquei com a parte das obras particulares, onde tinha milhares de processos e fiquei com a parte das contra-ordenações, onde tinha outros milhares de processos. A minha primeira preocupação foi a parte das obras, dando-lhe celeridade porque, obviamente, isso gera dinâmica na sociedade. Tive de me virar para aqui, não descuando as outras e fiz muitas noi-

tes dentro nessa matéria. Chegámos a um ponto e os munícipes sabem disso, onde a pessoa pedia um processo de obras hoje e passado um mês tinha a licença na mão, se o processo estivesse bem instruído. Tínhamos 6 pessoas nesta área a fazer a análise dos processos. Nesta altura infelizmente temos duas. Outros entretanto foram para outros serviços, mudaram e nós também devemos proporcionar isso. E está a ser um óbice complicado. Se calhar nesta altura já estamos com 4 meses, o que, para mim, e para o meu grau de exigência, é muito mau. Estou a contar e ando em negociações para trazer para aqui dois técnicos de outros municípios para colocar nessa área, porque quero muito que a curto prazo nós consigamos atingir os *timings* que já atingimos, de um mês de resposta.

O Município tem o dever de proporcionar desenvolvimento e não ser um atrofio. Todo o tempo que nós retivermos ou não analisarmos os processos rapidamente, estamos a penalizar os munícipes que pretendem fazer as obras e estamos a penalizar os empreiteiros ao não conseguirem trabalho. Essa não é a nossa atitude, não é o caminho. Efetivamente, há situações que nos constroem, mas eu espero, dentro de mês, mês e meio, ter essa situação resolvida, para isto começar a andar rapidamente.

Acredita que Paulo Fonseca é a pessoa certa no lugar certo, ou admite, a exemplo do Vereador Nazareno do Carmo, que este Presidente justifica, por mérito próprio, horizontes mais largos e responsabilidades mais alargadas?

O Paulo Fonseca, toda a gente sabe e isso salta aos olhos, é um animal político. Eu não sei e tenho alguma rotação nestes meios públicos, não sei se já conheci alguma pessoa, na minha passagem pelo distrito, com uma capacidade tão grande a nível político. Agora, não é por acaso que ele desempenha, além do cargo de Presidente da Câmara, outros cargos a nível regional e até a nível nacional como no Turismo do Centro ou na Associação Nacional de Municípios. É uma pessoa que está sempre a ser convidada para palestras, para dissertações e fala sobre qualquer assunto. Não tenho dúvidas que ele tem capacidades acima da média, nestas variáveis

e nestas vertentes. Eu acho que ele tem necessariamente à frente, um grande futuro.

As pessoas das freguesias do município têm durante os próximos meses a possibilidade de questionar pessoalmente o Presidente, durante os agendados Encontros com a População, de que Seiça já foi exemplo, com grande sucesso. Acredita que as questões que mais preocupam as pessoas neste município ainda se prendem com "a minha rua" e o "alcatrão"?

Quando falamos de pessoas, não nos podemos cingir ao um universo único. O universo dos nossos munícipes, tem níveis de cultura diferentes, níveis etários diferentes e nós sabemos que conforme o nível de cultura e o nível etário, também assim são as preocupações das pessoas. O social, o económico, o educacional, a competência e o etário.



Se calhar, às vezes, os que falam mais espontaneamente até são aqueles para quem o problema mais visível é mesmo esse do alcatrão e da limpeza da rua. Se nós formos ver, em muitos países, a limpeza da rua é garantida pelos próprios moradores, mas aqui ainda está muito enraizado que tudo isso é da competência da Câmara. Eu acho que é importante a questão do embelezamento das coisas e termos um espaço agradável, quer nas cidades, quer nas vilas, quer nas aldeias, a mim encanta-me isso. Eu, um dia, disse que o Olival é a minha vila-jardim e vejo o Olival como uma terra de muita água, vejo sempre aquela terra cheia de flores, associadas à água, aos jardins, ao verde, à vegetação, e eu acho que isso é formidável; dá-nos tranquilidade e transmite-nos paz de espírito.

Há muita gente neste concelho que também que não olha só para a rua, ou para o alcatrão. Por acaso, em Seiça, até foi muito abordada essa questão, mas eu também falo com muitos jovens que estão preocupadíssimos com o saneamento. O facto de nós termos uma cobertura de saneamento de apenas 46% em relação à dimensão populacional, preocupa-me e preocupa muita gente, porque isto põe em causa a nossa qualidade de vida a curto e médio prazo. Eu acho que há muitas pessoas que se preocupam com a questão do alcatrão e há outras que se preocupam com outras coisas. Eu acho que o bom senso está em tentar melhorar tudo aquilo que nós conseguirmos, porque também temos a questão financeira que tem sido uma batalha permanente. Felizmente já controlámos essa matéria e podemos fazer coisas, mas também tem de ser com alguma conta, peso e medida, porque senão, de repente, estamos outra vez na mesma situação.

Acredita que este quadro comunitário vai resolver o problema do saneamento? Ou, apenas pode ajudar a resolver?

Acredito. Eu acho que devia, porque isto é uma questão de sustentabilidade ambiental.

Isto é muito complicado, porque eu acho que muitas vezes quem está em Lisboa e, se calhar, em Bruxelas, porque isto é definido depois de acordo entre as partes, se calhar não têm noção, muitas vezes, das coisas

que são negociadas. Isto vê-se nessa área, vê-se na área dos financiamentos comunitários, vê-se na área da educação. Muitas vezes, quem toma as decisões e quem está nos centros de decisão não tem o conhecimento das bases. O que é irritante, porque depois quem está nas bases não consegue operacionalizar, não consegue concretizar, porque as coisas foram mal concebidas logo à nascença. Quando nós, por exemplo, temos zonas industriais, muitas devolutas, não podemos continuar nessa senda porque há muitos espaços industriais, mas se formos inteligentes, não podemos tomar o particular pelo todo. Se calhar, era importante haver também algum apoio para revitalização de alguns espaços industriais e nós temos alguns em Ourém, que eu não tenho dúvidas que se tivessem apoio comunitário, podíamos fazer isso muito melhor, porque o Município também não tem dinheiro para poder, por conta própria, fazer isso. Mas ganhávamos todos. Agora, se calhar, há por aí zonas industriais em sítios onde nunca se irá instalar uma empresa, com certeza.

Quanto ao saneamento, havia situações que quando o Quadro Comunitário de Apoio saiu, também diziam que não ia haver apoios. Entretanto as coisas já se alteraram. Eu tenho alguma esperança, pois sou uma mulher cheia de esperança, sempre otimista, que as coisas vão evoluindo e que à medida que as pessoas, os decisores ao nível de topo e falo concretamente de Lisboa, vão tendo a noção concreta das coisas, venham a alterar, de alguma forma, algumas posições. Espero que o saneamento venha a ser considerado neste quadro de apoio, pois é importante para o concelho de Ourém, aumentar a percentagem de população com acesso ao saneamento básico.

À escala global e ponderando os prós e os contras com que a administração municipal se defronta, acredita que este Município tem futuro?

É claro que eu acredito que este Município tem futuro. É que se eu não acreditasse que este Município não tinha futuro, nunca teria aceite vir para cá. É que isto não pode ser tudo visto pela ótica negativa, temos de ter coisas boas para acreditar.

Eu tenho um percurso profissional, como se sabe, no distrito todo. Já trabalhei nos concelhos todos. Já conheci muita coisa e muita gente e há uma coisa que eu digo abertamente: o concelho de Ourém tem uma energia positiva e quando digo concelho, falo das pessoas que têm uma energia positiva. Não é por acaso que durante mais de 10 anos consecutivos e eu analisava os dados, via as estatísticas e o nosso concelho tinha uma taxa de desemprego de 1,5%. Toda a gente trabalhava. A milhas da taxa de desemprego no distrito e no país. Hoje é mais alta, mas, de qualquer maneira, está muito longe da média nacional. Isso é a prova da energia e da dinâmica do povo do nosso concelho.

Nós temos aí “n” pessoas que foram para o estrangeiro, que adquiriram competências lá, que trabalharam em várias áreas, vieram para cá e montaram o seu negócio. Agora, eu acho que, sinceramente, as empresas estão a atravessar um mau bocado porque nós não estamos bem. Não digo no concelho, digo genericamente.

Se calhar os problemas têm origem lá mais em cima. Vemos os centros das cidades, vemos aqui em Ourém, desertos. Porquê? Porque se acabou o comércio tradicional. Vamos a Ourém, vamos a Leiria, que é uma cidade linda e notamos que está a ficar despovoada. Agora, vemos aí o pessoal dos porcos, e eu estou à vontade para falar nisto, toda a gente a queixar-se que não consegue trabalhar. Onde é que fica o dinheiro? Para onde é que vai o dinheiro? Estamos numa economia de mercado, mas a economia de mercado só funciona quando as partes estão em igualdade de circunstâncias. E aqui não estão, de todo.

Eu acho que o Município de Ourém tem futuro. Porque eu acho que há áreas, que mesmo reconhecendo estarem em situação difícil, não podíamos ficar aqui fechados, mas se calhar têm de ser sempre criadas algumas barreiras, como se faz nos outros países, barreiras de proteção ao mercado nacional. Cá em Portugal nunca houve essa preocupação que existe nos outros países. Mas nós temos a sorte de ter um sol maravilhoso, um clima espetacular, temos terrenos de pouso... Eu estou esperançada que possamos aumentar a nossa capacidade produtiva, muito por

essa área, mas não nos moldes em que se fazia há 10 ou há 20 anos. Também fico contente porque apesar de tudo, tenho visto entrar muitos projetos na DGU para estufas e para esse tipo de coisas e apesar de tudo, as pessoas estão atentas.

Nós temos uma vantagem muito grande comparativamente com maior parte dos concelhos. Para já temos alguma dimensão, o que é ótimo e temos um concelho que tem de forma transversal todos os setores de atividade. Todos. Só não temos ainda a aeronáutica. Mas se calhar de repente um dia destes ainda aparece aí alguma coisa. Por um lado, temos no lado sul, os serviços, temos o setor terciário em grande força, temos os serviços, a restauração, tudo isso. E depois na parte centro sul, temos indústria, porque quer queiramos, quer não, ainda temos bastantes indústrias. Contrariamente ao que durante muito anos se pensou, que a indústria pesada e forte do concelho de Ourém eram os móveis, nunca foram. No concelho de Ourém, a indústria que mais suportou o emprego foi a metalomecânica e a meu ver ainda continua a ser, porque, apesar de tudo, a parte dos serviços é muito sazonal. E depois temos a parte norte com a indústria e com uma parte de agricultura muito forte, que eu acho que também pode ser uma grande aposta a nível de gastronomia

Eu entendo que temos aí muitos nichos de mercado que podemos aproveitar. Tudo o que possa ser uma ajudinha para criar emprego e criar riqueza é sempre bem-vindo. Nós hoje a nível de indústria, e se calhar também da pecuária, temos das maiores empresas do país. É bom que as pessoas saibam disto e que isto se diga. Pretende-se que enquanto autarquia lhes consigamos criar condições para elas se conseguirem manter e aumentar a presença no mercado.



Tem responsabilidades acrescidas na gestão municipal através das funções que exerce na empresa municipal OurémViva. Claramente, o que é esta empresa, que por vezes passa despercebida no que faz e que sentido faz a sua existência quando vive com recursos canalizados pelo todo municipal, para além das receitas próprias que não serão suficientes para a sua manutenção?

A OurémViva não é uma entidade mal-amada. Digo-lhe isso e eu assumi a presidência da OurémViva em 2014. Uma das minhas preocupações, porque a empresa não estava com bons resultados, foi renegociar todos os contratos que tinha, com bancos, seguros, viaturas... Tudo. Isso foi logo uma primeira etapa. E acho que foi boa esta estratégia, porque, entretanto, começou logo a produzir frutos.

A OurémViva resultou da fusão de três empresas municipais, a VerOurém, a AmbiOurém e o Centro de Negócios, no sentido de otimizar recursos e convergir para uma estratégia comum. É uma empresa com dimensão, mas tenho que dizer que é uma empresa que tem um potencial de recursos humanos em termos profissionais fora de série. Aquela empresa, para o trabalho que desenvolve, eu não tenho dúvidas que se fizermos a percentagem de produtividade *per capita* na empresa municipal e na Câmara, na empresa municipal saímos a ganhar, de longe. Estou à vontade porque tenho os recursos humanos na Câmara. A empresa justifica-se porque é muito mais complicado gerir determinadas áreas diretamente pela Câmara. Dou-lhe o exemplo de Ucharia do Conde, que gera receita. Uma atividade que gera receita para a Câmara é um berbicacho. A cafetaria do Agroal, gera receita. Tudo o que gera receita é muito complicado de gerir, até a questão das piscinas. A própria questão da gestão das piscinas municipais e as entradas de dinheiro, tudo isso é muito mais complicado de gerir no contexto da administração municipal. É muito complicado e eu estou à vontade para dizer isto porque já venho de outras casas. Não me pergunte porquê, isso é mais uma questão que me massacra, pois eu acho que não há motivo. Mas isto é uma conversa que dava uma tese de doutoramento nesta matéria. Agora,

é assim, a OurémViva é uma empresa que em 2014 necessitava da renegociação de contratos e de rigor. Nós, ano após ano, temos baixado os custos de funcionamento da empresa. E agora no final de 2015 voltámos a baixar mais, se não estou em erro, perto de 5%. E estamos a conseguir. Foi delegada na OurémViva a gestão de muito do património municipal. Tudo o que é piscinas, pavilhões desportivos, escolas do ensino básico e jardins infantis, jardins públicos, cineteatro... tudo isso foi delegado para gestão e acompanhamento pela OurémViva. Com este aperto e rigor na questão dos contratos que temos, na tentativa permanente de reduzir custos de funcionamento, nós conseguimos no ano de 2014 fazer já muitas intervenções de manutenção que era urgente fazer nestes espaços públicos. Também temos feito algumas intervenções de maior relevo, onde até se pode equacionar, até que ponto a responsabilidade é da OurémViva ou da Câmara, mas foi a OurémViva que as assumiu. Nós fizemos obras nas piscinas, quer em Ourém quer em Caxarias, reparámos caldeiras, reparámos as coberturas, que havia “n” infiltrações, fizemos pinturas. No cineteatro fizemos a mesmíssima coisa, reparámos infiltrações, fizemos a pintura ao cineteatro. Temos feito intervenções em “n” jardins infantis e escolas básicas do concelho. Fizemos na Atouguia, fizemos em Fátima, fizemos em Urqueira, fizemos em Caxarias, Casal dos Bernardos, intervenções ao nível do arranjo dos espaços exteriores e ao nível das coberturas. Temos feito grandes intervenções de uma forma transversal, e em algumas, estavam há espera já há 20 anos. No ano de 2015 ainda conseguimos intervir nas rotundas do IC9, quer na rotunda do Pinheiro, quer depois na do Olival, quer na de Pinhel, e em Alburitel. Em 2016, queremos fazer a dos Toucinhos, que ainda falta e queremos fazer as duas do Escandarão. Estamos apostados em continuar a trabalhar bem, com rigor, muito rigor financeiro, e a fazer aquilo que é preciso ser feito.

Numa sociedade masculinizada, nomeadamente ao nível dos cargos de decisão, o facto de ser mulher tem condicionado a sua ação, ou, por outro lado, as competências que reúne são suficientes para colocar essa questão fora do contexto da administração municipal?

Sinceramente, eu já desempenho cargos de direção há 26 anos, aliás há metade da minha vida e acho que tenho um estilo muito próprio. Nunca senti ser preterida ou beneficiada pelo facto de ser mulher. Já participei em vários grupos, onde havia, diretores homens, passei por fases de alguns governos onde éramos 10% mulheres e o resto eram homens. Pode haver de alguma parte de um ou de outro, às vezes, alguma boca mais infeliz nessa matéria. Mas nunca senti qualquer medo, ou medo de falhar, pelo facto de ser mulher. Também se calhar ao longo destes 26 anos, já senti que para desempenhar cargos, e eu comecei muito nova nestas matérias, tinha de ser mais perseverante, mais incisiva, e se calhar ter um nível um bocadinho superior para me conseguir afirmar. Agora a partir do momento em que nós conquistamos o nosso espaço, mostramos o que valemos e o que sabemos, fazemos as coisas com rigor, com competência e com responsabilidade, a partir daí acho que não existe qualquer dificuldade.

Sinto-me muito confortável nas funções que exerço, aliás há uma coisa aqui que me motiva imenso, que é o reconhecimento das pessoas. Tenho esse *feedback* todos os dias. Hoje estive a atender público de manhã e é fabuloso, a sério, é fabuloso. O que mais me motiva é que a Câmara é a 5.ª casa onde eu estou profissionalmente e como já disse mudei sempre por opção própria. Também não vou por empurrão, de todo. Eu andei durante muitos anos a achar que Ourém era um caso perdido, porque de facto eu andava por aí no distrito e lia a comunicação social e ia vendo o que se passava. E no dia em que o nosso Presidente Paulo Fonseca me convidou para fazer parte da lista, eu fiquei ali assim “eu nunca me vi nisto, eu não sou política”. Fiquei um bocadinho embaraçada. Dormi sobre o assunto, pedi-lhe tempo para dormir sobre o assunto. E depois pensei “se eu ando a dizer e a pen-

Eu tenho um estilo muito próprio de estar nestas coisas. Já disse que não sou funcionária pública, naquela perspetiva da que as pessoas têm de que o funcionário público é aquele que chega às 9 e às 4 e meia, arruma a secretária e vai-se embora.

do e agora tenho oportunidade de fazer alguma coisa pelo meu concelho, será muita cobardia da minha parte dizer que não faço”. Então vamos à luta para o que der e vier, com rigor e com determinação. Ninguém é perfeito, mas acho que tenho contribuído, ou tenho procurado contribuir o melhor que sei para que isto funcione, para que o nosso concelho melhore, para que seja mais desenvolvido e para que as pessoas tenham um melhor nível de vida.

A leitura que a sociedade faz do desempenho da administração municipal preocupa-a, ou procura todos os dias novas referências e motivações para ver reconhecido o trabalho que desenvolve?

Durmo bem, tranquila. O que me move é o reconhecimento das pessoas e eu ter a consciência que com as responsabilidades que tenho e com o trabalho que faço, e acredite que é muito, faço o melhor que posso e que sei. Todos os dias.

Não tenho que me queixar. No dia que eu achar que não sou mais valia nenhuma aqui ou noutro lado qualquer, eu vou-me embora no mesmo dia. Não tem problema nenhum, posso ir fazer mais coisas. No dia que eu achar que não tenho valor acrescentado nenhum na organização onde eu estou, para as pessoas lá fora, que é por elas que eu estou aqui, eu vou-me embora. Ok, já esgotei, não tenho mais capacidade para responder aos anseios e àquilo que as pessoas esperam de mim, nesse dia vou-me embora. Até que eu tenha um *feedback* das pessoas que valorizam o meu trabalho e que o reconhecem, isso dá-me motivação todos os dias para eu continuar, para eu me levantar de manhã cheia de energia para vir para aquilo logo às 8 e tal, para estar aqui sem horário, aos fins de semana, ou para ir às cerimónias. Motiva-me, de facto, o reconhecimento das pessoas e motiva-me também eu ter consciência que estou a fazer o melhor que posso e sei para isto cami-

Eu tenho um estilo muito próprio de estar nestas coisas. Já disse que não sou funcionária pública, naquela perspetiva da que as pessoas têm de que o funcionário público é aquele que chega às 9 e às 4 e meia, arruma a secretária e vai-se embora. De todo. Aliás, quando eu andava no ensino superior, ou mesmo quando acabei, ninguém nunca me dissesse que eu trabalharia na função pública, porque eu jurava que não. E depois no meio do percurso, encontrei uma pessoa que me convenceu a fazer o estágio no Centro de Emprego de Torres Novas. Ao fim de uma manhã de conversa, convenceu-me a fazer o estágio com a indicação de que eu me ia embora no dia que eu quisesse. E eu fiquei sem argumentos. E o que é certo é que, ao fim de 26 anos, continuo na administração, porque essa pessoa também me disse que a função pública é aquilo que as pessoas que cá trabalham querem que seja. Eu acho que quem está na administração, está de corpo e alma, está para dar o seu melhor e está para fazer coisas e para fazer com que o desenvolvimento aconteça. Não há dúvida que quem faz a administração, quem faz as organizações, são as pessoas que lá estão e eu quero que a organização cresça, voe e produza frutos podendo ser reconhecido o mérito como tal. Ou então, se é para se instalar, isso é uma chatice. E de todo o meu perfil não vai por aí.

Tendo uma larga experiência em funções públicas, nomeadamente ao nível superior, procurou imprimir um perfil pessoal no que faz, ou acredita que as Organizações têm vida própria e que importa fundamentalmente gerir a coisa pública com seriedade e rigor?

Eu ambiciosa não sou muito. Não sou ambiciosa. Acho que tenho muita motivação. Se fosse ambiciosa, já estava em Lisboa há muito tempo. Tive 4 convites para ir para Lisboa, quando fui

directora dos Centros de Emprego aqui no distrito, tive 4 convites para ir para Lisboa, para subir e eu nunca quis ir. E nunca quis ir porquê? Porque, por um lado, gosto de estar no terreno e ver as coisas acontecerem. Porque o pessoal quando está nas secretárias e está a milhas da realidade, está a ver papéis, emaranhados de papéis, se calhar a ditar leis, ou a ter que cumprir leis, ou a ter que fazer cumprir leis para cima e para baixo, e isso a mim não me diz nada. Eu gosto de meter as mãos na massa, gosto de estar no terreno, gosto de ver as coisas acontecerem. Não é por acaso que eu vou às obras. Se há alguma coisa, alguma dúvida que me suscita, alguma situação que eu acho que está menos bem contada, eu vou lá e dizem-me. Quando vou lá, decido e o problema está resolvido.

Está disponível para aceitar desafios futuros na esfera da administração local e se sim até onde vai o seu estímulo e ambição?

O futuro a Deus pertence. Eu já disse e digo que quando eu achar que já fiz o que tinha a fazer sou eu mesmo que digo chega. Agora, estou sempre disponível para aceitar desafios que eu ache que possam ser um contributo para ganhar. E nos quais acredite e que possa dar um contributo para a Organização ganhar e ganharmos todos. Eu estarei sempre disponível para aceitar esses desafios, caso contrário não, de todo. Mas o futuro a Deus pertence.

É conhecida por tomar decisões difíceis, em tempos menos fáceis e não temer a adversidade.

Encarna o perfil da “mulher de armas”?

Nós temos um património próprio, que é a nossa forma de estar na vida e de ser. De todo não faz parte de mim ser indiferente a situações que eu acho que são de injustiça, injustiça social, injustiça profissional, injustiça até na própria comunhão no espaço de trabalho. De todo, não consigo ser indiferente a estas situações. E obviamente, não sendo indiferente tenho de agir, porque se eu não agir naquilo que eu acho que está mal, eu fico doente se não fizer alguma coisa para mudar. Ou direta ou indiretamente, eu tenho sempre de fazer alguma coisa. Se calhar, alguns, acham que eu sou bruta. Sei lá, se calhar sou. Mas há coisas que a partir dos 50 já não se

mudam, nem por lei. Gosto muito de ser interventiva. A realidade que me cerca diz-me alguma coisa, olho com atenção e tento fazer alguma coisa naquilo que está ao meu nível e às vezes até que não está, para tentar mudar, criando situações de equilíbrio e de justiça, porque eu acho que é por aí.

Nós somos todos mais se felizes se cada um se conseguir pôr no lugar no outro e se cada um não quiser para ele aquilo que às vezes faz ao outro. Quando e se isso acontecer, nós somos todos mais felizes.

Eu hoje plantei uma oliveira na Escola Profissional. Com certeza que eu vou lá passar daqui a 5 anos, espero, 10, e vejo lá a oliveira. Eu vou sempre lembrar-me do dia em que plantei aquela oliveira, assim como, tenho acompanhado, muitos projetos, os centros escolares, por exemplo. Quando lá passo, lembro-me sempre inevitavelmente das vezes que falei com o arquiteto, as vezes que disse o que era importante corrigir aqui e acolá, para fazer assim, para fazer assado. Gostaria de ser recordada, se calhar, como alguém que deu algum contributo para este concelho poder vir a ser muito melhor.





A OPINIÃO DOS PRESIDENTES DAS JUNTAS DE FREGUESIA

Nesta e nas próximas edições do *“Ourém Município - Informação Municipal”* daremos voz aos presidentes das Juntas de Freguesia do Concelho, pessoas que têm realizado um trabalho importante no âmbito do Poder Local e de proximidade com as populações. Começamos este périplo com a Junta de Freguesia de Seiça e com o seu presidente, Custódio Sousa Henriques.

Em jeito de balanço do primeiro Encontro com a População, em Seiça e em função da forma como decorreu, podemos concluir que os problemas da sua freguesia se cingem “à minha rua” e ao “alcatrão”?

No que diz respeito à freguesia de Seiça, atendendo a um passado recente, o facto é que, no entendimento do executivo, a freguesia de Seiça foi marginalizada e quanto às prioridades, uma delas, tem a ver com as estradas. Porquê? Porque enquanto há freguesias que têm as bermas nos pinhais, com betuminoso, e, portanto, alcatroadas, nós temos ruas na freguesia onde habita população que, quando eu iniciei mandato em 2009, ainda estavam em terra.

É compreensível que ao nível da população haja como primeiro objetivo, a questão do betuminoso das estradas alargadas e a sua requalificação, porque mesmo na sede da freguesia, na

maior parte das vias de comunicação, tem de parar um carro para passar outro.

Naturalmente, que se refletimos um pouco sobre o que foi a sessão com o Sr. Presidente, o que podemos constatar é uma grande participação das pessoas no sentido de contribuir para que a sua intervenção contribuisse para a valorização da freguesia e para a melhoria das condições de vida. E esse é um princípio que, do ponto de vista da nossa legalidade democrática, é fundamental. Naturalmente, que a Junta de Freguesia se congratula com esta intervenção do Sr. Presidente da Câmara e posso até dizer que já tenho a informação, que alguns casos pendentes, como é o caso de uma situação ao nível do abastecimento de água, que remontava a 2007, até ao final de agosto estarão resolvidos. À partida, é um indicador estimulante que esta participação, que foi interveniente e

que foi agradável, permitiu obter resultados.

Uma das nossas expectativas, era que estas reuniões com a população contribuíssem para que, em parceria e aproveitando a presença do Sr. Presidente e dos vereadores, estes tivessem uma informação mais pormenorizada daquilo que é o pensar da população e do que são as suas expectativas. E nós quando tomámos posse em 2009, criámos muitas expectativas na freguesia de Seiça, em relação ao executivo do Município, porque o nosso entendimento na altura, e ainda hoje, é que tendo sido uma freguesia marginalizada, hoje tem direito a uma discriminação positiva.

Uma das questões afloradas no encontro com o Sr. Presidente prendeu-se com a zona industrial de Casal dos Frades. Trata-se de um assunto vital para a freguesia?

A zona industrial para nós é assunto que nos causa algumas angústias. Porquê? Porque o tempo passou. Sabemos que no passado houve financiamentos a nível do PEDIP 1, PEDIP 2 e durante uma década existiram financiamentos para a zona industrial. Não percebo a razão porque é que nunca houve a preocupação da sua requalificação e colocá-la ao nível das zonas sociais aqui da região por forma a que possa ser competitiva e que os senhores empresários sejam apoiados e que seja valorizado o tecido empresarial de modo a criar mais emprego e mais riqueza para o concelho. Na fase inicial, até de uma forma estranha, nem sequer a freguesia de Seiça era referida, era a zona industrial de Ourém. Nós é que a identificámos porque, de facto, a zona industrial de Casal dos Frades é na freguesia de Seiça e já apresentámos propostas no sentido de que a zona industrial seja revista, ou seja requalificada em várias áreas: desde a área da informação e marketing, à área dos acessos, que é fundamental; inclusivamente a questão de uma rotunda na estrada 356 é fundamental no ponto de vista da segurança. Acrescem, a questão dos passeios, dos estacionamento, do criar infraestruturas para apoiar os próprios motoristas de longo curso, que vêm carregar ou descarregar na zona industrial e, ao mesmo tempo, valorizar o património arquitetónico que existe lá, como é o caso da Casa dos Frades.

À partida existem algumas situações que podem e devem ser revistas, mas há aqui uma questão fundamental: o problema da zona industrial é um problema também da freguesia de Seiça e tem a ver com o PDM. O PDM veio tarde, porque foi dos últimos a nível do país, mas já nessa altura não respondia às necessidades. Passados estes anos todos, é evidente que é um fator que está a inviabilizar o desenvolvimento da freguesia.

Enquanto Presidente da Junta de Seiça, partilha da opinião de que existe um Município a duas velocidades?

Vamos lá ver... O Município de Ourém é um município com uma área grande, com bastante população, com uma iniciativa empresarial grande, que deve ser apoiada e estimulada desde a Freixianda até Fátima. Ou seja, nós temos uma sede do concelho que deveria ser mais valorizada e onde deveria haver infraestruturas fundamentais, quer no âmbito da cultura, quer ao nível do desporto, o que não acontece neste momento. O estádio municipal devia estar em Ourém. Naturalmente que Fátima é um potencial que está ao dispor, mas tem de se tirar partido dele. A noção que eu tenho é que a capacidade reivindicativa de Fátima tem contribuído para que os investimentos das outras freguesias acabem por ficar de lado e isso não pode acontecer. Se existe um potencial que é o turismo religioso então vamos aproveitá-lo por forma a que ele contribua para o desenvolvimento do resto do concelho.

O executivo presidido por Paulo Fonseca valorizou muito o Agroal, mas penso que tem mais potencialidades. Aliás, tirando partido de uma colaboração com a Junta de Freguesia da Sabacheira e a Câmara de Tomar, na perspetiva da intermunicipalidade. Temos que valorizar o nosso património gastronómico e mostrar aos visitantes, que temos, para além do Santuário de Fátima todo um potencial. Tem de haver um esforço significativo do Município no sentido de potenciar essa intervenção. É evidente que quando se fala na questão do concelho a duas velocidades, ainda há pouco conhecimento sobre o Plano Estratégico do Desenvolvimento para o concelho. Posso referir que temos o setor das

madeiras, que é um setor fundamental, mas para isso tem de se apoiar a indústria das madeiras. Nesse sentido, estou a recordar que a freguesia de Seiça tinha uma série de empresas na área das madeiras, e hoje, felizmente, ainda temos uma a funcionar em Pêras Ruivas.

O seu percurso de vida e a sua experiência pessoal estão ligadas a uma componente política que o seu discurso revela. O Presidente da Junta de Seiça, neste momento, tem outras ambições que não passam apenas pela sua freguesia?

Eu quando concorri foi para ser oposição e porque estive sempre ligado à minha terra. Fui um dos sócios fundadores do Grupo Desportivo e Cultural de Seiça e estive ligado à igreja, a nível dos grupos de jovens. Enquanto cidadão, todos temos o direito e o dever de participarmos para o crescimento das nossas terras. Agora eu, de facto, não estou inscrito em partido nenhum, mas gosto também de outras atividades. Penso que na freguesia de Seiça há muito para fazer. Temos muitas expectativas até 2017, mas é evidente que a minha perspetiva é esta: todos somos poucos para atingir objetivos. Eu sou a face visível de uma equipa.

Hoje em dia, trabalha-se em equipa e eu tenho a possibilidade de ter uma equipa boa, quer em termos do executivo, quer a nível de pessoas que colaboram connosco nos lugares da freguesia e que acabam por ser um pouco os nossos representantes. Eu, neste momento, não estou muito virado para uma intervenção política muito ativa. Porquê? Porque eu aposentei-me e tenho de facto uma experiência vasta ao nível da formação. Tenho colaborado com os PALOP. É uma área que gosto. A junta de freguesia em termos de ocupação exige muito de nós, mas penso que temos de dar lugar aos novos e na minha lista, tenho um conjunto de jovens de elevado potencial.

Temos tentado, com a minha experiência, contribuir para que eles atuem ativamente. Agora, não é só enquanto presidente de junta ou enquanto outro lugar qualquer que nós podemos contribuir para o desenvolvimento da nossa terra. Acho que, hoje, todos nós, enquanto cidadãos e com os meios que temos ao

dispor, podemos contribuir para esse desenvolvimento. À partida, independentemente de me candidatar ou não à Junta de Freguesia, e penso que provavelmente haverá outro candidato, o facto é este: enquanto cidadão não abdicarei das minhas tomadas de posição em prol do desenvolvimento da freguesia e do concelho.

Admitindo a ocorrência de um processo de “desertificação” no nosso Município, a freguesia de Seiça acaba por sofrer também desse fenómeno, a existir?

Tem sofrido. E bastante. Mas essencialmente motivado pelo PDM que não deixa os nossos jovens fixar-se. Assim como não permite uma requalificação das casas existentes de acordo com as expectativas e exigências de hoje, porque, à partida, as limitações são grandes e as pessoas acabam por verificar e eu constato, que desistem e vão até para freguesias limítrofes, quando tinham condições para se fixar na freguesia. E isso é para nós é incompreensível, porque, no meu entendimento, os instrumentos legais devem contribuir para o desenvolvimento das populações e das regiões. O PDM, tem contribuído para que Seiça não possa crescer. Tem sido um travão ao desenvolvimento.

Nessa perspetiva, a revisão em curso vai suprir essa situação, ou não?

Na Assembleia Municipal, já me disponibilizei perante o Sr. Presidente da Câmara, se for preciso, para ir para Lisboa, com a população de Seiça. Porque não podem ser os senhores dos gabinetes em Lisboa, que não conhecem a realidade local, a virem definir os nossos destinos. Tem de ser a população, tem de ser o Município, a defender aquilo que é importante e necessário para o concelho e para as freguesias. O plano estratégico já devia estar feito há mais de 20 anos, porque, no meu ponto de vista, um plano estratégico tem em conta todo o potencial das freguesias e das suas características, por forma a que o desenvolvimento do concelho se faça de uma forma harmoniosa.

Nós temos uma Ribeira de Seiça, que é uma das joias da coroa do ponto de vista ambiental. Mas não foram os senhores de Lisboa que preservaram essa ribeira; foram as pessoas que cá habitam e sem elas não existiria esta riqueza regional.

1º ENCONTRO COM A POPULAÇÃO, EM SEIÇA, FOI UM SUCESSO PARTICIPADO

Decorreu no passado dia 15 de abril o 1º Encontro com a População, desta feita nas instalações da Junta de Freguesia de Seiça, oportunidade para, com casa cheia, o Presidente Paulo Fonseca poder ouvir na primeira pessoa as opiniões, reclamações, sugestões e dúvidas colocadas pelos presentes, numa clara manifestação de abertura à intervenção dos presentes, embebida num claro contexto participativo democrático.



Foram inúmeras as questões colocadas a Paulo Fonseca que, na medida do possível e face às circunstâncias, procurou encontrar a resposta mais adequada às várias situações apresentadas, embora, por vezes, face ao elevado grau de dificuldade das questões suscitadas, a adequada resposta venha a surgir posteriormente. O vastíssimo público presente terá saído satisfeito e decerto não deu por mal empregar o seu tempo, face à importância dos assuntos objeto de discussão.

Não foi grande surpresa que de entre as questões formuladas, as que se prendiam com as vias de comunicação e a zona industrial pudessem vir a preencher a maior parte das comunicações e das respostas, sabendo-se também, que outros aspetos mais pessoais não deixariam de ser afluídos e de merecer igual importância por parte do Presidente Paulo Fonseca. Afinal, ninguém esperaria soluções milagrosas decorrentes de um espaço de debate e de submissão de questões a um alto responsável municipal, mas a verdade é que a importância do momento foi assinalada pelas cerca de 4 horas de confronto de ideias e de participação ativa da população, tendo a Presidência da Câmara Municipal de Ourém tomado a devida boa nota dos assuntos abordados.

Em boa verdade, este fórum de debate da realidade municipal à escala da freguesia de Seiça constituiu o pontapé de saída para um processo que se pretende global para o Município e que venha a revelar elevados índices de participação e intervenção da população, como foi o caso, na certeza de que apenas juntos na procura das melhores soluções conseguiremos atingir elevados patamares no Município que ambicionamos. Um Município forte, participativo, igual nas oportunidades e que faculte a quem cá vive ou queira regressar, bons motivos para a fixação, em estreito diálogo com um poder municipal franco e aberto, arredado de vícios antigos, que tantas dificuldades e constrangimentos causaram e que se assumiram como um grave entrave à modernização e ao progresso do Município de Ourém. Ourém participa e só tem a ganhar. Todos ganhamos.

PRÓXIMO ENCONTRO COM A POPULAÇÃO - CAXARIAS
20 de maio | 19.30H | Salão dos Bombeiros Voluntários de Caxarias



POSTO DE ATENDIMENTO A TURISTAS

Foi inaugurado na manhã do dia 06 de maio o Posto de Atendimento a Turistas, em Fátima, uma obra da responsabilidade do Município de Ourém.

As despesas totais de investimento deste equipamento situaram-se em 190.474,05 euros. A comparticipação comunitária deverá situar-se em 112.613,12 euros (o valor inicial FEDER era de 127.363,46 euros, mas face à existência de trabalhos a menos, também a comparticipação sofrerá uma quebra – valores provisórios);

A Entidade Regional de Turismo do Centro de Portugal participou com 12.500 euros, consignado à aquisição de mobiliário.

O projeto, da autoria do arquiteto João Patrício, foi desenhado como oposto à Igreja da Santíssima Trindade, ou seja, se esta tem uma forma circular, símbolo da perfeição e de Deus (ou do divino), sem aberturas laterais e com a pedra como material principal, o edifício do Posto de Atendimento a Turistas tem uma forma quadrangular. O quadrado representa a terra, sendo os materiais predominantes no edifício a madeira, o aço e o vidro, com transparências que projetam o espaço interior para o exterior na direção horizontal. A ideia base foi contrapor o profano ao sagrado.



DIA MUNDIAL DA DANÇA

A 29 de abril, comemorou-se o Dia Mundial da Dança, e Ourém não ficou de fora das comemorações, assinalando a data com dois espetáculos, nos dias 24 e 29 de abril. Para o efeito contou com a participação das várias escolas de dança do concelho: Arabesque; Rosalles Ballet - Grupo Desportivo Sandoeirense; Academia Música Banda de Ourém; Conservatório de Música Ourém – Fátima e Casa do Povo de Fátima.



HOJE FALO EU...

Célia Reis,
Chefe da Divisão de Gestão Urbanística

Licenciada em Planeamento Regional e Urbano pela Universidade de Aveiro.

Pós-graduada em Planeamento do Território – Ordenamento da Cidade, pela Universidade de Aveiro e em Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente pela Faculdade de Direito (Universidade de Coimbra).

Iniciou a sua atividade na Câmara Municipal de Ourém, em junho de 2000, no Gabinete de Sistema de Informação Geográfica (SIG), tendo em simultâneo exercido funções de análise de processos de obras particulares.

Desde julho de 2011 é chefe de Divisão de Gestão Urbanística.

Passou ainda pela experiência de professora de Geografia de 1997 a 2000.

Quais as motivações que teve para ingressar neste cargo?

A área da Gestão Urbanística é dos desafios mais interessantes que se pode abraçar. Compatibilizar as aspirações das pessoas, sejam investidores ou proprietários, com os constrangimentos e limitações que os instrumentos de gestão territorial impõem é um desafio diário. Este desafio é uma motivação permanente.

Também é motivante procurar mudar a ideia de que a gestão urbanística é uma ação apenas burocrática, com a intenção de implementar o processo de planeamento, reduzida ao controlo de usos e índices urbanísticos.

Entender, relacionar e aplicar de uma forma prática e hábil os muitos diplomas com que todos os dias nos confrontamos, sendo o principal o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE), – DL 555/99, com redação do DL 136/2014.

Quais as competências funcionais da Divisão de Gestão Urbanística?

De uma forma geral as competências da DGU são:

- Analisar as pretensões dos requerentes face aos instrumentos de gestão territorial em vigor. Dito de outra forma, verificar se o que o requerente pretende tem viabilidade à luz do Plano Diretor Municipal, Plano de Urbanização de Fátima, Planos de Pormenor e demais legislação aplicável às pretensões;
- Analisar sugestões, propostas e reclamações apresentadas pelos munícipes, em matéria de urbanização e de edificação, dando-lhes o devido andamento;
- Emitir alvarás de licenças de obras e de autorização de utilização;
- Assegurar a organização dos processos, ficheiros e arquivos referentes a pedidos para obras particulares, vistorias e autorizações de utilização;
- Implementar meios de difusão e divulgação da informação da divisão;
- Assegurar o atendimento público, quer de forma continuada, quer por marcação.

Fale-nos um pouco sobre a tramitação dos processos de obras particulares na Câmara? Qual o volume processual que tem neste momento? Em média, em quanto tempo é despachado um projeto de arquitetura? E de especialidades?

Este ano, até meados de abril, entraram na DGU cerca de 700 processos/requerimentos. É um volume de trabalho grande, que exige uma equipa capaz e motivada para um trabalho desta magnitude. Aprovaram-se 48 processos (arquitetura) e deferiram-se 112 processos (aprovação definitiva).

Importa referir, acima de tudo, que o tempo que um processo demora a ser deferido está dependente de dois fatores: dos recursos humanos que temos disponíveis e da instrução do processo que nos é remetido.

Se um processo chega com elementos em falta, com necessidade de pareceres externos, ou com qualquer outra limitação, é solicitado o que está em falta. Ora, ao serem solicitados elementos é dado um prazo para resposta, após a nova entrada dessa informação o processo volta para o fim da lista, para reanálise. E são estes esclarecimentos, resultantes de instruções deficientes, que levam a prazos de deferimento demorados.

Se o processo vier devidamente instruído, estamos a aprovar projetos de arquitetura em 2/3 meses e projetos de especialidades num mês. Contudo temos esperança que a curto prazo voltemos aos prazos já anteriormente praticados: arquitetura, 1 mês e especialidades, 2 semanas.

Quanto à tramitação processual, vou focar-me numa Operação Urbanística (OU) que depende de licença: o pedido dá entrada na Câmara Municipal na Divisão de Gestão Urbanística, segue para o SIG (Sistema de Informação Geográfica) para georreferenciação. De seguida é encaminhado para um técnico para saneamento e apreciação liminar. Nesta fase decide-se sobre questões de ordem formal e processual podendo ser proferido despacho de: aperfeiçoamento do pedido, rejeição liminar ou extinção do procedimento.

Quando o processo está devidamente instruído segue para informação da fiscalização e posteriormente para análise técnica.

A informação técnica favorável leva à aprovação do projeto de arquitetura.

No prazo de 6 meses a contar da notificação do ato que aprovou o projeto de arquitetura, o interessado deve apresentar os projetos das especialidades. O prazo pode ser prorrogado pelo vereador/a por uma só vez e por período não superior a 3 meses.

Quando entregues os projetos de especialidades, e após o deferimento do pedido, a obra poderá ser iniciada mediante levantamento do alvará.

Após a conclusão da obra deverá ser requerida a autorização de utilização.

Uma vez que lida com uma das áreas de maior contacto com os munícipes e as suas aspirações, nomeadamente no que diz respeito às suas habitações, como vê o PDM em vigor no Município de Ourém?

Devo começar por dizer que o PDM é um instrumento de Gestão Territorial, que define usos de ocupação e transformação do solo, onde estabelece perímetros urbanos e espaços de uso Florestal, Agrícola e Agroflorestal, define ainda servidões administrativas e restrições de utilidade pública (ex. Reserva Ecológica Nacional - REN, Reserva Agrícola Nacional - RAN, etc.). Este plano só cumpre na totalidade a sua função/missão se for complementado com Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, no âmbito da programação e controlo da expansão urbana.

No âmbito do meu trabalho, assim como do da equipa técnica da divisão, apesar de ouvirmos por parte dos requerentes/munícipes, lamentos relativamente à permissão de construção nas suas parcelas dentro dos perímetros urbanos, sentimos uma dificuldade ainda maior no que diz respeito aos usos Florestal, Agrícola e Agroflorestal por não contemplar compromissos que atendam à base territorial da economia do setor primário, limitando-se praticamente a uma atitude proibicionista.

Estamos perante um conceito minifundiário, há muitos munícipes, nomeadamente jovens que pretendem seguir com uma atividade agrícola, ex. plantação de mirtilos, produtos hortícolas, cogumelos..., mas que para apoio desta atividade necessitam de uma construção (anexo ou de um tanque/reservatório de água). Ao analisarmos o PDM, nomeadamente o artigo da edificabilidade, deparamo-nos com uma lacuna; se a parcela não tiver no mínimo 2,

3 ou 5 ha não é permitido qualquer edificação. Será que é coerente dizer: “não pode exercer a atividade agrícola, por não poder construir um anexo na sua parcela”, quando a parcela se destina predominantemente para fins agrícolas.

Perante o acima descrito importa referir que o regime aplicável aos planos prevê a dinâmica dos mesmos, ou seja, um plano pode ser alterado adaptado ou revisto.

Algumas destas dinâmicas têm sido feitas ao longo dos anos pela equipa dos planos donde resultou a resolução de algumas situações, estando neste momento a revisão do plano em curso.

Tivemos oportunidade, em resultado das dificuldades que encontramos diariamente, de elaborar um conjunto de sugestões que culminaram na última alteração ao PDM, e que vieram permitir a resolução de uma grande quantidade de situações pendentes.

O que lhe dá mais satisfação no exercício deste cargo?

É plenamente satisfatório para mim e para a equipa da DGU colaborar com os requerentes e respetivos técnicos na procura de soluções, que vão ao encontro das suas pretensões, sempre nos termos da lei e numa perspetiva de participar no desenvolvimento do concelho e sem pôr em causa o ordenamento do território.

É igualmente satisfatório ver o sorriso dos munícipes que entram com uma certa desconfiança, e que vão com certezas relativas à sua pretensão, podendo eventualmente a mesma não ser realizável por questões normativas, mas que ficam a entender a razão pela qual a sua pretensão poderá não ser atendida.

Como considera ser o tipo de relações de trabalho estabelecidas e desenvolvidas nesta divisão?

Considerando as competências funcionais desta divisão é fundamental que haja uma “equipa coesa” para chegarmos a resultados. Não pensamos só na parte racional das tarefas mas temos que nos envolver emocionalmente, e isso acontece com esforço que é tanto meu como de qualquer outro colaborador aqui a desempenhar funções, seja técnico ou administrativo. Partilhamos a ideia de que “eu não sei tudo, tu não sabes tudo, mas todos juntos sabemos muito”. Trabalhamos para que exista uma boa coordenação, promovendo o envolvimento de todos, gerando uma relação de confiança e tirando partido da multidisciplinaridade da equipa.

Falta ainda falar da relação da equipa com o exterior, que não é menos importante, uma vez que somos uma divisão em permanente contacto quer com os munícipes quer com os técnicos de gabinetes privados. É nesta divisão que cabe a função de territorializar as opções do plano, desta forma mantemos a proximidade e o diálogo entre a administração e os munícipes, onde todos assumimos um certo protagonismo na concretização das soluções.

Quais os objetivos que pretende atingir futuramente?

Que a equipa continue a trabalhar sempre numa perspetiva de solucionar problemas com ética, atitude e lealdade.

Pretendo juntamente com a equipa colaborar, para um território adequadamente ordenado, consequentemente planeado e responsabilmente gerido.

Melhorar os prazos de análise e informação dos processos.

Aumentar o número de elementos da equipa, nunca esquecendo a qualidade, para voltarmos a fazer atendimentos públicos cinco dias por semana.

“VAMOS ÀS FAVAS A OURÉM”

Fazendo jus ao ditado popular “Favas: maio as deu, maio as levou”, o Município de Ourém, a OurémViva, a Escola de Hotelaria de Fátima e a ACISO - Associação Empresarial Ourém-Fátima, levam a cabo, durante o mês de maio, o Festival Gastronómico “Vamos às Favas a Ourém”. De 07 a 29 de maio, esta apreciada iguaria da família das leguminosas (este ano assinala-se o Ano Internacional das Leguminosas) será o ingrediente principal servido em dez restaurantes que decidiram aderir a esta iniciativa inédita no nosso concelho.

Migas de fava, pastel de fava, favas guisadas à moda do Pico (Açores), favas com entrecosto, creme de favas, tarte doce de fava, puré de fava, são algumas das sugestões que lhe apresentamos para abrir o apetite.

Para além dos restaurantes, aderiram a esta iniciativa duas coletividades que vão levar a cabo dois eventos onde a fava é rainha: no dia 15 de maio, pelas 12h30, a Fundação Dr. Agostinho Albano de Almeida, realiza um almoço, no Salão Paroquial de Vale Travesso e no dia 22 de maio, a Casa do Benfica organiza um almoço, pelas 13h00, no Pavilhão do Centro Cultural e Recreativo do Caneiro.

A inauguração do Festival Gastronómico “Vamos às Favas a Ourém” terá lugar na Galeria Municipal de Ourém, no próximo sábado, dia 07 de maio, pelas 18h00, um momento onde a degustação de iguarias relacionadas com fava será uma certeza.



V FEIRA DOS PRODUTOS DA TERRA MAIS UM GRANDE SUCESSO EM OURÉM

“Um mar de gente” é a expressão que melhor define a adesão popular à V Feira dos Produtos da Terra, numa organização do Município de Ourém.

A tarde de domingo, 17 de abril, foi a oportunidade para criar um cenário de grande entu-

siasmo nomeadamente durante a atuação do artista popular Quim Barreiros, complementada com a oferta cultural e gastronómica patente no edifício do Centro de Negócios.



EDITAL N.º 22/2016

Paulo Alexandre Homem de Oliveira Fonseca, Presidente da Câmara Municipal de Ourém: Torna público que, nos termos do artigo 56.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no uso da competência que lhe é conferida pelo artigos 38.º da referida Lei e em cumprimento do seu despacho n.º 8, de 29 de março de 2016, foi revogada a competência delegada na **Chefe de Divisão de Atendimento ao Município e Ativos Humanos** constante da alínea e), do despacho n.º 41, de 13 de agosto de 2015 e delegada nos dirigentes municipais:

-Chefe de Divisão de Atendimento ao Município e Ativos Humanos;
-Chefe de Divisão de Gestão Urbanística;
-Dirigente de 3.º Grau de Fiscalização

e **Contencioso**, a seguinte competência: Autorizar a passagem de certidões ou fotocópias autenticadas aos interessados, relativas a processos ou documentos constantes de processos arquivados, da unidade orgânica, e que careçam de despacho de deliberação dos eleitos locais - (alínea g), do n.º 3, do art.º 38.º da citada Lei).

Para constar se publica o presente edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

Paços do Concelho de Ourém,
30 de março de 2016.
O Presidente da Câmara,
Paulo Fonseca

PRESIDENTE PAULO FONSECA AGRACIADO NO BRASIL

O Presidente da Câmara Municipal de Ourém, Paulo Fonseca foi recentemente agraciado com a Grande Medalha da Inconfidência, pelo governo do Estado de Minas Gerais (Brasil), em cerimónia que decorreu na cidade de Ouro Preto.



A Medalha da Inconfidência foi criada em 1952, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e é a maior comenda concedida pelo Estado de Minas Gerais a personalidades que contribuíram para o prestígio e a projeção mineira e a solenidade acontece anualmente, no dia 21 de abril (feriado de Tiradentes), em Ouro Preto.

O Presidente Paulo Fonseca foi agraciado na mesma cerimónia que distinguiu José Alberto Mujica Cordano, mais conhecido como Pepe Mujica, ex-presidente da República do Uruguai. Para além do ato simbólico de distinção conferido ao Presidente da Câmara de Ourém, o objetivo da visita visou também estabelecer laços de cooperação e intercâmbio económico, turístico e cultural entre Minas Gerais e a região portuguesa de Ourém, que integra o Santuário de Fátima, um dos principais pólos do turismo religioso à escala mundial.

OURÉM CELEBRU OS 42 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

O Município de Ourém assinalou os 42 anos do 25 de Abril com uma vasta programação cultural dedicada aos ideais da Democracia e Liberdade, além das tradicionais cerimónias oficiais.

Os primeiros minutos do dia 25 de abril foram assinalados com a entoação da música "Grândola Vila Morena" e do Hino Nacional. Após este momento o Presidente da Câmara Municipal, Paulo Fonseca, acompanhado do restante executivo, Presidente da Assembleia Municipal e Presidentes de Junta de Freguesia, deu início às intervenções oficiais reforçando que "hoje o nosso país é absolutamente melhor do que há 42 anos mas muito ainda falta fazer para atingir o patamar dos nossos sonhos, ambições e daquilo que queremos deixar para os nossos filhos." Realçou ainda que "comemorar abril é querermos que todos tenham acesso ao mínimo de dignidade humana, é sermos solidários e assumirmos o nos-

so orgulho enquanto povo para trilharmos os caminhos do futuro com abertura democrática e com sentido de responsabilidade." O concerto "Canções de abril e Outros Meses...", com Paulo Serafim, Rui Sérgio e José Santos, finalizou a programação definida para o dia e lembrou alguns dos mais importantes temas que marcaram a revolução de abril.

O Município de Ourém encerrou as comemorações com as tradicionais cerimónias oficiais na Praça D. Maria II, que contaram com a participação da Fanfara da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ourém e da Sociedade Filarmónica Ouriense, na manhã do dia 25 de abril.



Paralelamente às celebrações do 25 de Abril, a Sala de Exposições dos Paços do Concelho voltou a acolher mais uma edição da Feira do Livro. De 11 a 25 de abril foram vários os momen-

HOMENAGEM AO DOUTOR ANTÓNIO RODRIGUES BAPTISTA

A Assembleia Municipal de Ourém homenageou na sua última sessão o Doutor António Rodrigues Baptista, académico ouriense que dedicou grande parte da sua vida à sua terra, às instituições de raiz cultural e à universidade, vindo a doar recentemente o seu espólio bibliográfico ao Município.

O homenageado esteve e continua ligado a um projeto

de largo alcance social e cultural traduzido na Universidade Sénior de Ourém, facto que mereceu observação de grande reconhecimento durante a sessão oficial de agradecimento, tendo o Presidente da Câmara Municipal referenciado também o largo percurso académico do homenageado e as qualidades humanas do Doutor António Rodrigues Baptista.

É exetável que a vasta bibliografia que agora transita para a esfera da Biblioteca Municipal venha a ser acolhida em sala própria daquele espaço, de modo a permitir a sua partilha com todos os munícipes, tratando-se de uma vasta documentação e obras editadas, que ficarão assim ao dispor das gerações vindouras.



tos dedicados aos livros, nomeadamente com a participação de escritores em sessões de apresentação de livros, sessões de autógrafos, momentos musicais, hora do conto, oficinas pe-

dagógicas, animação de rua entre outras atividades levadas a cabo pelo Município com o intuito de promover a leitura.